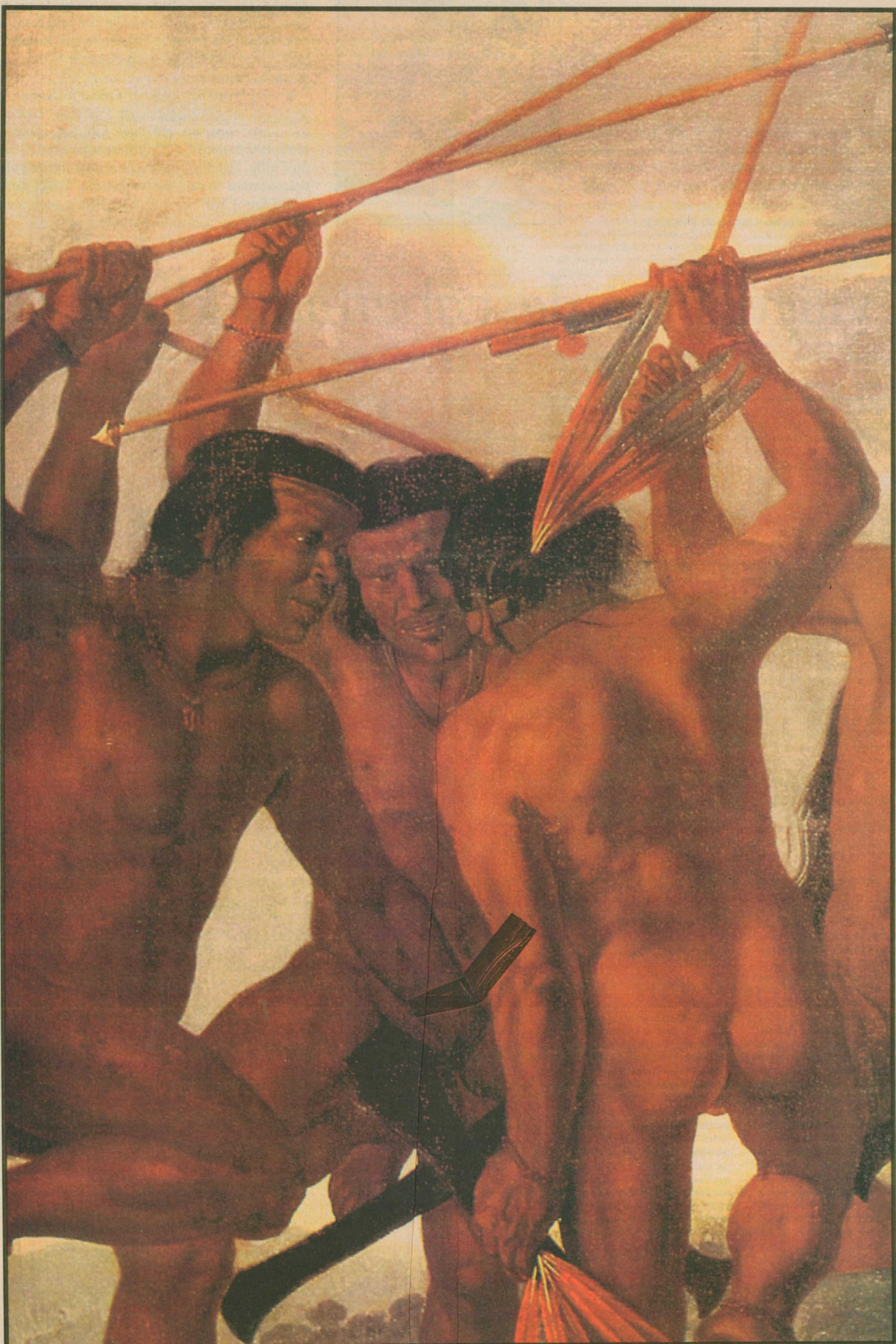


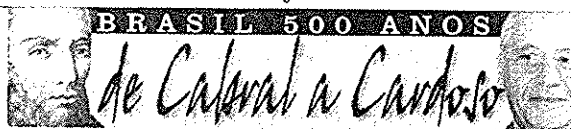
HCT RΦ259

Idéias

BRASIL 500 ANOS
de Cabral a Cardoso



O encontro com o Outro



Passando a limpo a história oficial

CRISTIANE COSTA E PRISCILLA LEAL

Uma das grandes experiências vivenciadas pelos viajantes é a descoberta do Outro. Isso é uma verdade tanto hoje quanto no passado, quando Cabral aportou no paraíso de Porto Seguro. Refletindo sobre esse encontro, o filósofo Gerd Bornheim em seu artigo mostra como os descobrimentos mudaram para sempre a noção de alteridade.



Desfazendo alguns dos principais mitos da história oficial, Regina Celestino de Almeida nega a ingenuidade do índio no encontro com o colonizador, mostrando que os laços muitas vezes corresponderam a interesses próprios das tribos em guerra. Da mesma forma, a historiadora Mary Del Priore relata como as mulheres, tanto brancas quanto negras e índias, foram muito menos passivas do que se costuma crer.

Marina de Mello e Souza chama atenção para a forma como os africanos marcaram significativamente nossa cultura, desfazendo a linha que separa civilizados e primitivos. Já o jornalista Fritz Utzeri ironiza o lugar-comum de que seria melhor se tivéssemos sido colonizados por holandeses, ingleses ou franceses. Por fim, o pesquisador Ronald Raminelli analisa os relatos dos viajantes e especialmente os mitos em torno do canibalismo.

A série *Brasil 500 anos: de Cabral a Cardoso*, que começou na semana passada com o caderno "Descobrimen- to?", prossegue nos próximos sábados, abordando "A identidade nacional" e "Os africanos no Brasil". Encerrando a série, alguns de nossos principais intelectuais discutirão o futuro do país, dentro do tema "Daqui para a frente são outros 500". Os artigos também estarão disponíveis na *home page* do *JB Online* (www.jb.com.br).

A viagem e a descoberta da diferença

GERD BORNHEIM

Digamos que nossos navegadores por todos os lugares viajam e fazem até mesmo a viagem viajar. Quero dizer que o próprio sentido da viagem subitamente se altera, e instala o homem de maneira a que dirija o seu olhar para endereçamentos que o levam a desvendar um gosto surpreendentemente novo pelas coisas diferentes. Não deixa de ser simples compreender a complexidade do tema, e é claro que há toda uma proto-história a respeito do que vou afirmar. Observe-se que o que importa aqui está na extensão e na intensidade das novas experiências, a par da transmutação de um sentido que corre de modo paralelo a tudo o que o mundo novo começa a oferecer de verdadeiramente novo. Isso em nada desmerece os avanços de outros empenhos viajeiros, de velhos gregos, de romanos e nem de tantas outras empresas. Mas é importante não perder a grandeza do olhar, e perceber que nossos bons cristovãos e cabrais mexem numa urdidura que põe em causa até mesmo as raízes neolíticas da história do homem.

Pois onde está o elemento novo das novas navegações? Nem penso aqui na dura realidade dos meios e utensílios outros empregados, sempre o desfraldar das mesmas velas, e isso ao longo dos milênios, até que fossem superados pela parafênalia moderna das locomotivas e das aeronaves. Evidentemente, tudo isso tem o seu peso em nada desprezível, e que em nada desmerece – dou um salto – a experiência de um Goethe, sempre nostálgico e ávido por embrenhar-se no coração da eterna Grécia; mas, naqueles anos, ainda era difícil viajar, e nosso poeta não conseguiu ir além das praias da Sicília, de onde recitava, em grego, voltado para Atenas, os versos de Homero. Pois os tempos modernos descobrem também isto, que a imaginação se faz viajante. Interessa-me por ora chamar a atenção para um outro tipo de experiência, que uma breve comparação permitirá elucidar.

Já o nosso sagaz navegador moderno cultiva a astúcia da descoberta do outro. Ao cabo de cada viagem – qual a paisagem, qual o novo paraíso, que tipo estranho de homem outro, e mesmo, e muito, que nova riqueza, que novas promessas de riqueza? Por aí, e por tantas rotas, passaria a deslumbrar-se o saber moderno. Afirmemos que, nesse processo, a viagem moderna põe em jogo o estatuto ontológico da mesmidade do mesmo, e abre-se em direção à descoberta das dimensões da alteridade do outro.

Não retomo aqui a questão fundamental da aversão metafísica tradicional em relação à categoria do outro – já nos inícios do pensamento ocidental a tentativa de Platão de buscar a reabilitação da alteridade vem denominada por ele mesmo de parricídio, e é em nome desse parricídio que Aristóteles expulsará, com a falsa aparência das coisas definitivas, o outro de qualquer tipo de presença no âmbito das ciências.

Com os descobrimentos modernos é justamente essa categoria do outro que se vê literalmente promovida e se torna objeto de uma descoberta que iria infil-

trar-se em todas as dimensões da cultura ocidental. Dou, por enquanto, apenas um corriqueiro mas nada ingênuo exemplo disso. Já cedo formou-se na Europa o cultivo dos famosos Cabinets d' Histoire Naturelle; neles, a pesquisa habitualmente nem seria tão grande, mas a moda se alastrava: os gabinetes colecionavam tudo o que não se tinha em casa, a fomentar uma curiosidade que apo-

novidade, portanto, que parece instalada no próprio berço da antropologia, está em que o *survey* do cientista assume o barco. O antropólogo constitui uma raça de gente que nasce com os pés plantados na proteção mínima das galochas: uma certa hegemonia do conceito de alteridade reclama que ele avance para adentrar-se na humanidade dos menores habitáculos, encravados na estranheza

"grandes" culturas, e sim o mapeamento de uma diversidade que torna suspeitas as hierarquias de superior e inferior, de normal e anormal, e mesmo de velharias como a de espiritualismo e materialismo. Trata-se, vê-se logo, de um jogo em tudo perigoso: onde fica, afinal, a estabilidade dos valores da Cultura Ocidental – precisamente da cultura que deixou-se inebriar pelas diferenças? Tanto que, hoje,



Acima, detalhe de *Der Fürsten und Bern in Virginia* de Theodore De Bry (1590). Ao lado, gravura de Theodore Galle e Jan van der Straet, parte da compilação *Recueil factice, historiques, Amérique, tome unique* (1638).

sentava os truísmos em que se disfarçavam os velhos hábitos do pensamento. A grande novidade reside agora no fato de que a dita curiosidade transladava-se aos poucos para a visão das diferenças – a presença do outro constrói o preciso alicerce de tudo o que possa constituir o fascínio da diferença. O tema apresenta uma vastidão deveras impressionante – comprova-o os relatos dos muitos viajantes, de diversas nacionalidades, que pervagavam nossas selvas – e parece-me que continua à espera de análises que mostrem a carga de sua progressiva constância e de sua abrangência. O assunto, visto pelo viés filosófico, leva a repensar coisas tão essenciais quanto o estatuto do erro, da contradição, das próprias bases da cientificidade, e isso a ponto de suscitar, na contramão, posições de um reacionarismo extremo.

Avento aqui mais um exemplo dessa abertura para a diferença: a antropologia científica. Trata-se evidentemente de uma ciência nova, que só poderia medrar no solo fertilizado por aquelas modificações no campo da ciência acima apontados. Pois a antropologia alicerça-se no exato reconhecimento da importância específica das diferenças. A

de pantanais e pedregais. Penso aqui nos barcos daqueles antropólogos, de tantos deles, que já na virada do século souberam dar vida nova aos propósitos dos grandes navegadores clássicos.

Claro que agora já se sabe do planeta, as rotas estão codificadas, as economias definidas, mas continuou o velho deslumbramento, o fascínio pela descoberta do outro: cria-se até uma pedagogia do outro, o reconhecimento, por exemplo, da superioridade de certos comportamentos de tribos nativas das ilhas dos Mares do Sul em relação aos procederes da puritana sociedade ocidental; e começa-se a perguntar: será verdade que o sentimento de culpa tem de fato caráter universal? Mesmo um Lévi-Strauss, um tanto atordoado pelo excesso fragmentador das diferenças, buscou nos borrosos mato-grossenses tão-só as suas estruturas específica, alheio, como nem poderia deixar de ser, a quaisquer denodados de ordem evangélica: nem a ciência transformadora, nem os enlevos da paulicéia desvairada – apenas a diferença.

E chegamos então a isto: o planeta filmado como um imenso catálogo, talvez sempre inacabado, de diferenças as mais díspares. Spengler enfim caducou: não existe apenas o elitismo de meia dúzia de

tudo o mundo já sabe: não existem mais culturas definitivas, todas elas são mortais. E já não resta dúvidas: estamos todos instalados no reino das diferenças. Mas, ao mesmo tempo – e urge que se pense aquela morte –, estamos engajados num novo tipo de construção.

Não há de ter sido por acaso que o século 18 criou o conceito de Humanidade, entendido justamente como albergue possível da geografia das diferenças. Nem dá aqui para entrar no tema, não obstante toda a sua urgência. Não há de ser também mero devaneio inconsequente a hodierna cunhagem da expressão aldeia global, aparentemente tão cândida. Veja-se, entretanto, na palavra aldeia um prolongamento das diferenças, e no adjetivo global aquele designio que começou a ser fabricado na forja leibniziana do conceito de Humanidade. Imagino que tenha ficado manifesto que estou apenas indicando as fronteiras mais extremas da faina descobrimentista que varre nossos horizontes já faz um bom tempo – e continua e continuará a fazê-lo. De repente, até o Universo se torna pequeno.

Gerd Bornheim é professor do Departamento de Filosofia da Uerj

Tribos que aqui estavam responderam ao contato com europeus escolhendo aliados e inimigos entre portugueses e franceses

O nativo torna-se índio

MARIA REGINA CELESTINO DE ALMEIDA

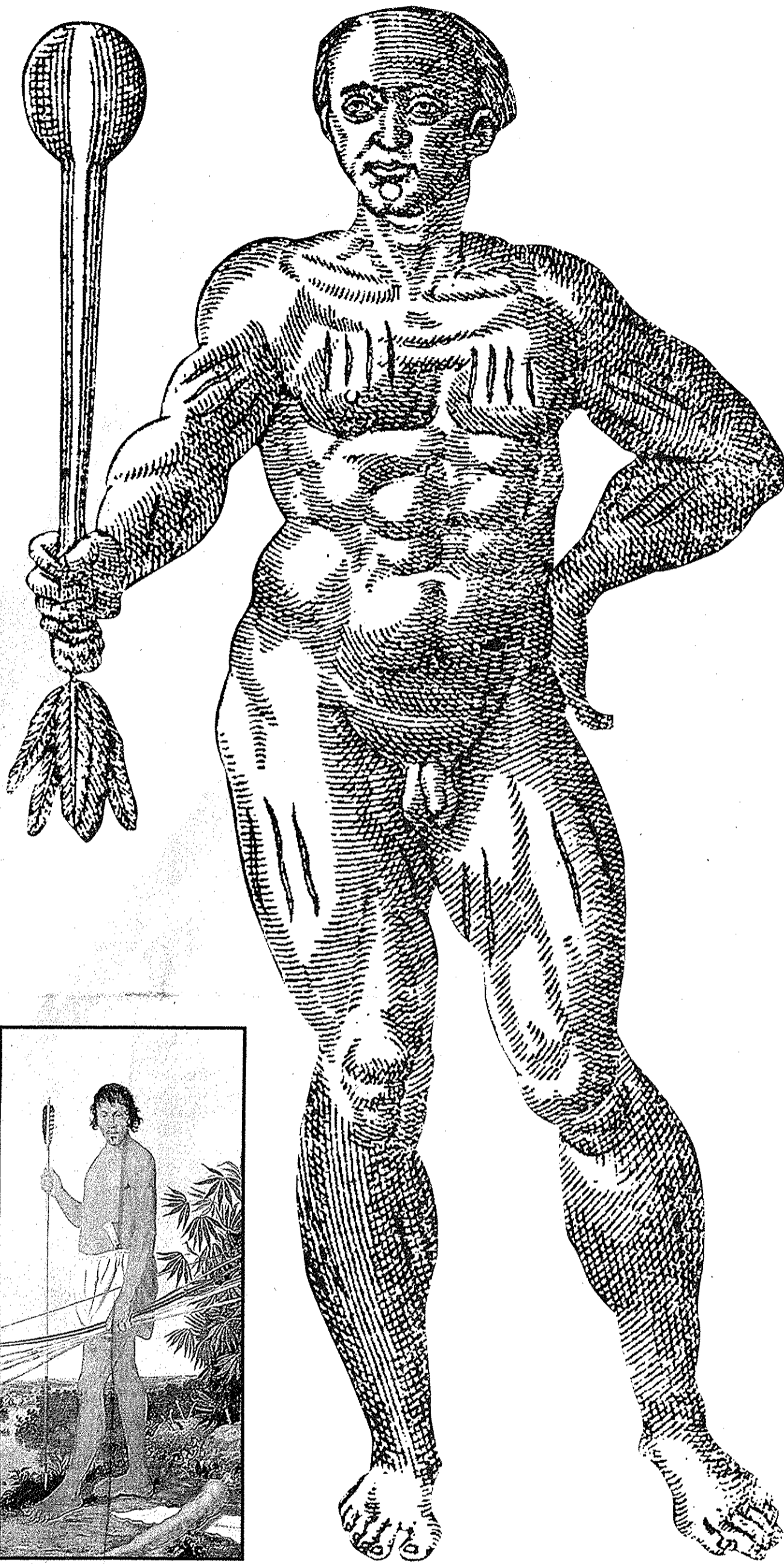
Os tupiniquim, os tamoio, os aimoré, os goitacá e tantos outros diferentes grupos étnicos que aqui estavam no momento da chegada dos portugueses tornaram-se todos índios, a partir desse encontro. Inaugurava-se para eles uma época de holocausto com níveis de mortalidade e prejuízos incalculáveis. Como teria sido possível a um punhado de europeus impor tamanhos danos a tantos povos guerreiros? A partir, não resta dúvida, da colaboração deles próprios.

Convém destacar, no entanto, que os povos indígenas não estavam no Brasil à disposição dos europeus nem tampouco com eles colaboraram por ingenuidade ou tolice. Suas relações de aliança e inimizade não se deram única e exclusivamente a partir dos interesses dos estrangeiros. Ao contrário disso, as várias etnias aqui existentes responderam ao contato de forma específica de acordo com seus próprios objetivos e interesses ligados à dinâmica de sua organização social. Tais interesses, como os dos europeus, igualmente se alteravam no decorrer do processo histórico. Muitos recusaram-se a colaborar, mantendo a posição de hostilidade, como os aimoré, por exemplo. Para os tupi, no entanto, grupo predominante na costa brasileira no século 16, as relações com o outro constituíam elemento básico em sua tradição cultural, daí a extrema abertura ao contato que tanto surpreendeu os europeus e possibilitou a colonização.

Na condição de aliados ou de inimigos, os estrangeiros inseriram-se nas relações intertribais já existentes entre os vários grupos tupi, dando continuidade às suas tradições. A escolha de aliados e inimigos dependia das circunstâncias e interesses e alteravam-se com frequência. Se os europeus cedo compreenderam as hostilidades entre os grupos indígenas e utilizaram-se delas em proveito próprio, a recíproca é verdadeira. Além disso, ao perceberem o impacto negativo das alianças, os índios não titubeavam em mudar de lado, quantas vezes considerassem necessário. Os europeus e os grupos indígenas podiam lutar numa mesma guerra com objetivos bem diversos, como foi o caso da conquista da Guanabara: se para os portugueses ela significou estender sua soberania sobre terras brasileiras, para Araribóia e seus teminino era a chance de voltar às terras de origem e combater antigos inimigos. Alguns anos antes, eles haviam se aliado aos portugueses, aldeando-se no Espírito Santo para escapar de um iminente massacre dos tamoio.

O caráter destruidor das relações de contato, no entanto, logo se revelou, inclusive para os grupos aliados. Ainda nas três primeiras décadas do século 16, quando a ocupação rarefeita da terra e as relações de escambo, então predominantes, não eram tão traumáticas para as populações indígenas, seus efeitos negativos já se faziam sentir, causando altas mortalidades, desestruturando a organização social dos povos, modificando relações, intensificando guerras, instigando ódios e, sem dúvida, acentuando a tradicional inconstância e flexibilidade das relações dos índios com os outros. Não foram poucos os grupos que, de aliados, tornaram-se ferrenhos inimigos dos portugueses, por conta de suas traições, violências e maus-tratos. O melhor exemplo nesse sentido foi a grande revolta dos tupiniquim em várias regiões do Brasil, embora parte deles tivesse mantido sua aliança com os portugueses em São Paulo. Comportamentos, concepções e atitudes eram criados e recriados constantemente tanto por parte dos índios quanto dos colonizadores, conforme as motivações e circunstâncias.

O trabalho e a escravização indígena foram sempre utilizados pelos europeus mas se, por um tempo, foi possível obtê-los principalmente a partir das trocas com os aliados, também interessados nas relações



Ao lado, detalhe de Índios tupinambá guerreiros, de Jean de Léry (1600). No quadro, menor, Homem tupinambá (1643), de Albert Eckhout

de amizade e em algumas mercadorias, sobretudo nos instrumentos de ferro, tal situação não poderá se manter. Nas primeiras décadas, os escravos eram principalmente os prisioneiros de guerra trocados com os aliados. Porém a ocupação efetiva da terra e a conseqüente voracidade dos colonos em obter cada vez mais trabalho e escravos dos índios, muito além do que eles estavam dispostos a dar, só poderia intensificar o conflito. O resultado foi o incremento assustador das guerras indígenas contra os portugueses em toda a costa.

A vinda do primeiro governador geral acompanhado dos jesuítas visava a manter a soberania sobre a colônia contra os ataques estrangeiros mas, principalmente, a submeter os índios inimigos e a integrar os aliados, o que se faria através da guerra justa e da política de aldeamentos. Os massacres foram, então, arrasadores, principalmente sob Mem de Sá, levando inúmeros povos a optarem pelos aldeamentos para escapar do extermínio e da escravização que os ameaçavam nos sertões. Assim, os vários grupos étnicos do Brasil foram maciçamente incorporados à colônia. Na condição de escravos ou de aldeados tornavam-se todos índios, misturando-se entre si e com outros segmentos da sociedade colonial nas fazendas, nos engenhos nas lavouras e nos aldeamentos.

Integrados à ordem colonial, grosso modo, esses índios até muito recentemente

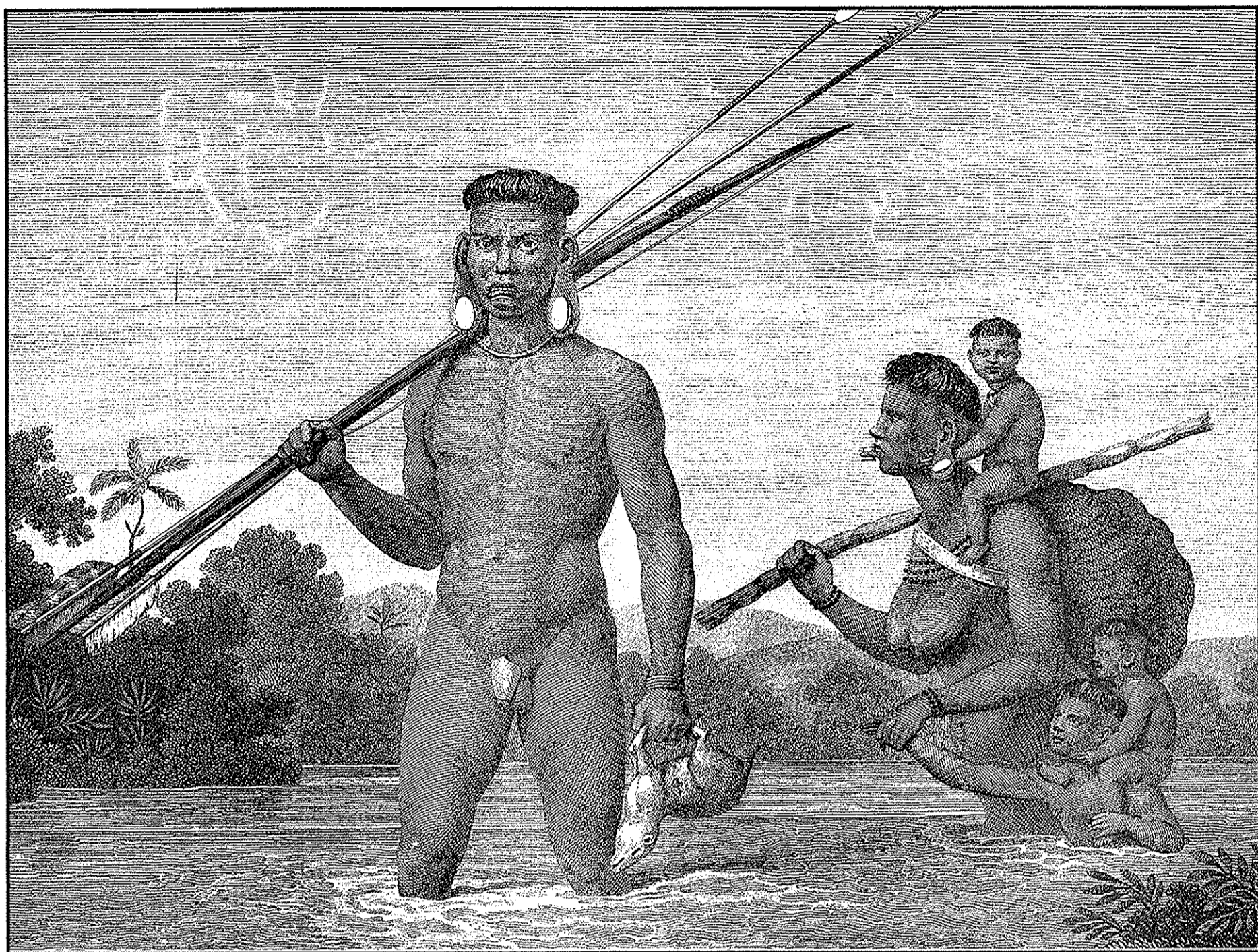
deixavam de ter lugar em nossa história. Vistos numa perspectiva assimilacionista, eram considerados aculturados e passivos, tendo perdido, junto com a guerra, suas identidades, culturas e quaisquer possibilidades de resistência, tornando-se massa amorfa e inerte num sistema que não lhes dava nenhuma margem de ação. Diluíam-se nas categorias genéricas de escravos ou despossuídos da colônia e desapareciam da história, embora continuassem muito presentes na sociedade colonial.

Em nossos dias, as novas tendências da História e da Antropologia (valorizando a noção de cultura histórica e ultrapassando o dualismo simplista que opõe "índio puro" a "índio aculturado") somada à pesquisa documental e às questões continuamente colocadas pelos movimentos indígenas da atualidade (sobretudo quanto à construção de suas histórias e identidades) permitem uma revisão da história indígena e outra compreensão sobre as relações dos índios com os colonizadores e sobre suas experiências no interior dos aldeamentos. Apesar da dizimação em larga escala e do desaparecimento de inúmeras etnias, a documentação revela que, na condição de aldeados, os vários grupos étnicos misturados na colônia continuaram vindo-se e sendo vistos como índios até o século 19 e, além disso, permaneceram lutando, juridicamente e pelas armas, para fazer valer o mínimo de direitos que a legislação lhes

garantia. Passaram a constituir categoria social específica, genérica, sem dúvida, e sugerida ou mesmo imposta pelos colonizadores, mas assumida por eles no processo histórico que os levava a rearticular valores, tradições, interesses e objetivos.

O ato de aldear-se e colaborar com os portugueses pode ser visto, portanto, como forma de resistência adaptativa diante do caos que se instalara nos sertões. Afinal, os acordos de paz com os portugueses se faziam com promessas de terra, proteção e outras vantagens, sobretudo para as lideranças, promessas essas que os índios esforçaram-se por fazer cumprir. No interior dos aldeamentos, as diversas etnias misturaram-se não apenas entre si mas com mestiços, colonos e missionários e nesse processo aprenderam novas práticas culturais e políticas que manejavam em busca de seus interesses bastante alterados, sem dúvida, na nova situação colonial. Ao viver um processo de reelaboração constante de comportamentos, valores, crenças, interesses e objetivos, os teminino, tupinambá, tupiniquim e tantos outros tornavam-se índios, assumiram a identidade genérica que, além das imensas perdas, lhes proporcionava também possibilidades de sobreviver e resistir no mundo colonial.

Índias, brancas e negras não só realizavam trabalhos domésticos, como eram responsáveis pelo sustento familiar



Ao lado, Uma família de índios botocudo em viagem, ilustração alemã realizada a partir da expedição de Maximiliano, príncipe de Wied (1782-1867). Abaixo, detalhe do quadro *Un employé du gouvernement sortant de chez lui avec sa famille*, de Debret. E *Negra*, de Albert Eckhout (1641)

Mulheres de vida nada fácil

MARY DEL PRIORI

Ao desembarcar na então chamada Terra de Santa Cruz, os recém-chegados portugueses impressionaram-se com a beleza de nossas índias: pardas, bem-dispostas, com cabelos compridos, andavam nuas, "sem vergonha alguma". As tupinambás se pintavam de tinta de jenipapo, "com muitos labores a seu gosto [...] e põem grandes ramais de contas de toda a sorte nos pescoços e nos braços", segundo informa, em 1587, Gabriel Soares de Souza, um dos primeiros cronistas a descrever a gente do Novo Mundo. Seu cotidiano era marcado por cuidados com o corpo, com os filhos e a sobrevivência.

Sua infância era passada à sombra da mãe, com quem dividiam as tarefas diárias. Entre 15 e 25 anos recebiam um convite de casamento quando seus pais não as ofereciam a um pirata francês ou a um colono português, em troca de gêneros. Depois de casadas, acompanhavam seus maridos, carregando nas costas todos os utensílios necessários ao preparo de provisões durante as longas jornadas na mata. Quando grávidas, trabalhavam até a hora de dar à luz e depois do parto prosseguiam nas suas tarefas domésticas. Fiavam algodão, confeccionavam redes, amassavam barro para fazer vasilhames e panelas, fabricavam farinhas e vinhos, cuidavam da roça e preparavam a refeição diária.

Depois dos 40 anos, consideradas "velhas" pelos cronistas que as descreviam como "enrugadas como um pergaminho" e encarregavam-se de preparar o cauim e todas as bebidas fermentadas. Se vigorosas, cabia-lhes assar o corpo dos inimigos durante o banquete antropofágico, cuja gordura escorrida era cuidadosamente acondicionada para fazer posteriormente um mingau. Essas irmãs do passado foram as responsáveis por uma série de práticas apropriadas por nossos antepassados europeus, práticas que auxiliaram em muito a sua adaptação às novas terras como as do banho de rio, dos cuidados com a higiene corporal, como o uso da folha de bananeira, da utilização da farinha de mandioca na alimentação, do sono e do sexo na rede.

A esse grupo de mulheres somou-se o das recém-chegadas portuguesas. A julgar pela documentação de época, muitas delas tinham origem humilde, viviam de suas costuras, de seu comércio, de sua horta e lavouras, faziam pão, fiavam sedas, lavavam e tingiam panos, se prostituíam. Outras tantas eram proprietárias de escravos ou casadas com funcionários da Coroa portuguesa. Desde o início da colonização, todas lutavam, de uma ma-

neira ou de outra, pela sua manutenção e a dos seus. Um dos primeiros observadores da vida ativa e independente, com que certas mulheres conduziam seus próprios negócios, foi o francês Pyrrard de Laval, em passagem pela Bahia, em 1611. Ele assim anotou em seu diário:

"Travei conhecimento e fiz amizade com outra jovem portuguesa, uma nativa do Porto, chamada Maria Mena, que dirige uma das melhores tabernas da cidade, e não me faltava comida nem bebida, pois de tudo ela me dava quando precisava, com o conhecimento do marido, suprimindo-me também de dinheiro para pagar-lhe mais tarde. Chamava-me de "meu camarada" [...] Aqui as mulheres são muito mais afáveis e migáveis para com estrangeiros do que os homens, que são de hábito excessivamente ciumentos."

Nos primórdios da colonização, havia muitas mulheres ativas, como a taberneira Maria Mena. Elas se multiplicavam, circulando sem medo de ganhar sua subsistência e acompanhando seus companheiros na lida pela sobrevivência. Entre o fim do século 17 e início do 18, contudo, a migração interna abalou fortemente a estrutura familiar de muitas mulheres na Região Sudeste. O ouro, então descoberto nas Minas Gerais e em Goiás, além da guerra contra os espanhóis, obrigou muitos companheiros e maridos a partir. Vivendo com seus filhos, legítimos ou ilegítimos, acomodando sob o mesmo teto velhos genitores, escravos e, às vezes, um ou outro agregado, as mulheres não apenas sobreviviam, mas proporcionavam condições de vida afetiva e familiar para seu grupo. Para além do trabalho, sua vida cotidiana era ritmada pelas atividades em torno da igreja: festas, confissões, procissões, além das práticas domésticas, tais como rezar o terço diante do oratório e ensinar aos pequeninos as primeiras orações.

Uma parte do seu tempo era dedicada à fabricação caseira de objetos de uso diário, como panos, sabão, conservas e peças de barro para a cozinha. O quintal merecia especial atenção, pois concentrava frutos e remédios na sua forma fitoterápica. Muitas mulheres conheciam os segredos das plantas para curar mazelas e doenças, tornando-se prestigiadas curandeiras em suas comunidades. Censos populacionais realizados na segunda metade do século 18 desvendam o universo dessas "deixadas para trás", viúvas, solteiras ou mulheres "do mundo". A maior parte delas dedicava-se a tarefas voltadas para o comércio local ou regional. Fabricavam caprichosamente do-

ces, vendidos nas ruas por suas escravas, agenciavam encomendas, mercadejavam produtos secos e molhados. Algumas, mais poderosas, negociavam gado e escravos que iam buscar nas cidades litorâneas, montadas emombo de burro e escoltadas por subalternos. Esse mesmo desembaraço encontraremos entre as mulheres do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

E as escravas? Apesar de reduzidas à condição de coisa, privadas de todos os direitos civis, sujeitas ao domínio de seu senhor ou senhora, as africanas e suas descendentes trouxeram uma contribuição inelutável para a cultura brasileira. Para conhecê-las mais de perto, vale a pena sublinhar que o tipo de exploração econômica, baseada na grande plantação agrícola, trouxe ao Brasil um número muito maior de homens do que de mulheres africanas. Há autores que apontam a proporção de dois homens para cada mulher aqui desembarcada: O trabalho feminino era considerado menos produtivo e a vida útil da mulher, menor.

Na faina agrícola, labutavam com a foice e a enxada e, desde pequenas, semeavam, catavam ervas daninhas, enfiavam as canas: Nos engenhos, eram encarregadas de moer as canas e cozer o melado; agrupadas, como vemos nas gravuras de época, em torno de infernais painéis de cobre. Manufaturavam o açúcar, descascavam algodão e descascavam mandioca, base de sua alimentação. Ocupavam-se das tarefas domésticas na casa-grande, onde cozinhavam, lavavam, cosiam e arrumavam, assim como na senzala, onde se responsabilizavam pela manutenção de maridos, companheiros ou filhos. Também na senzala, algumas delas, graças aos inúmeros conhecimentos transmitidos oralmente - o chamado "saber fazer" -, tornavam-se parteiras, benzedoras e temidas feiteiras.

Nos centros urbanos, as escravas se destacaram no pequeno comércio de varejo. Novidade para elas? Não. Nas sociedades tradicionais africanas, as mulheres eram encarregadas das tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. Somou-se a essa tradição a transposição para nossa terra da legislação que amparava a participação feminina no comércio de rua.

Obedientes aos seus senhores, a quem tinham que prestar contas de um "jornal" (percentual do ganho diário) sobre o dia de trabalho, as "negras de tabuleiro" - pois os produtos neles eram oferecidos - infestavam praças e vias urbanas, constituindo-se numa grande preocupação para as autoridades que viam na sua presença

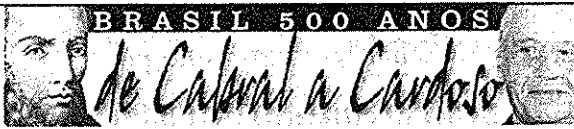
pública um perigo ou uma ameaça. Com razão: Em regiões de maior resistência ao regime escravista, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, negras vendeiras levavam recados de quilombolas, ajudavam a traficar ouro roubado e prenyem fugitivos e bandoleiros sobre os movimentos das tropas. Constituíam-se num eficaz fio condutor de notícias sobre a ação repressiva das autoridades.

Reunidas em quitandas, vendas e "casas de alcouce" - como eram denominadas pelas autoridades eclesásticas -, muitas delas se prostituíam, maneira rendosa de botar na bolsa mais algumas patacas. Nesses espaços, também se vendia bebida, se jogava, se conspirava. Mas também se afirmava a tradição africana através da música e da dança, da convicção de gestos e palavras. O comércio ambulante foi um mecanismo de acumulação para muitas destas mulheres que acabaram economizando o bastante para comprar sua liberdade.

No século 18, o número de mulatas e de negras livres e alforriadas era bastante expressivo na região das minas. Testamentos mineiros deste período, por exemplo, revelam inclusive que muitas delas enriqueceram, legando aos seus descendentes "chãos de terra", propriedades imobiliárias, escravos e jóias de ouro e coral. Tais mulheres viviam, em sua grande maioria, no que um historiador denominou de "famílias fracionadas". Concubinatos, ligações consensuais, amasiamentos estáveis lhes permitiam criar filhos, cuidar da parentela, organizar-se como família. Laços étnicos na escolha de cônjuges eram frequentemente respeitados. Pertencer a uma irmandade ou confraria de escravos ou negros era condição fundamental para participar da vida social que era simultaneamente religiosa.

Mas essa religiosidade era, ao mesmo tempo, uma religiosidade de matriz africana. Calundus, protocândombs, "benzeções" driblavam a presença da Igreja Católica e mesmo do tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Ritos, como a dança de tunda ou o acotundá, realizados próximos às matas e águas, permitiam-lhes entrar em contato com seus ancestrais e resistir, através de suas crenças, à obrigatória e esmagadora cristianização. O pieguismo barroco, com suas festas e procissões, incentivou uma grande participação dos descendentes de africanos que desfilavam, dançando e cantando, muitos deles vestidos "à africana" em louvor aos santos católicos.





Escravidão, que perdurou por quatro séculos, trouxe do continente africano para o Brasil uma gama enorme de etnias

Destino impresso na cor da pele

MARINA DE MELLO E SOUZA

O tráfico de escravos, que perdurou por cerca de quatro séculos, unindo a Europa, a África e as Américas num imenso circuito comercial, ao mesmo tempo que plantou as condições para que o continente africano fosse reduzido a migalhas após o período do colonialismo europeu, permitiu a disseminação de elementos culturais que fertilizaram algumas culturas gestadas nas Américas. O Brasil, o Caribe e os Estados Unidos são as regiões que receberam, com maior intensidade, a influência dos povos africanos que habitavam as chamadas costa da Guiné e costa do Congo e Angola. Nessas regiões, nas quais os comerciantes portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses, americanos e brasileiros negociavam com os chefes locais - trocando tecidos, armas, bebidas e utensílios diversos, por marfim e principalmente escravos -, habitavam povos variados, falantes de línguas diferentes, com crenças e costumes próprios.

Nesse conjunto de povos, destaca-se o macrogrupo dos banto, que em léguas migratórias iniciadas em torno de 1500 a.C. se espalharam da região do atual Camarões por quase toda a África Central e Oriental, dando origem a inúmeras etnias como os baongo, mbundo, jaga, tio, ovimbundo, cassanje, benguela, para ficar só entre alguns dos que foram traficados para as Américas. Menos estudados do que os povos da região então conhecida como Guiné, ou Costa da Mina, atualmente chamados genericamente de torubás, ou jejês e nagôs, os banto, entre

os africanos, foram os que deram a mais significativa contribuição cultural para o sudeste do Brasil.

Ao serem arrancados de suas aldeias e transportados pelo continente africano rumo às feiras regionais e aos portos costeiros, os escravos de diferentes etnias misturaram-se, aprenderam a se comunicar, criaram novos laços de sociabilidade, que se consolidaram durante os horrores da travessia atlântica, e se institucionalizaram no seio da sociedade escravista colonial, à qual foram inseridos à força, acabando por encontrar formas de integração. A transformação do africano em escravo e a mistura de etnias, provocada pelo tráfico e pela organização da produção colonial, foram acompanhadas pela constituição de novas identidades, nas quais as características étnicas cederam lugar a novas formas de diferenciação.

O sentimento de alteridade relativo ao senhor branco era muito maior do que qualquer diferença entre crenças e hábitos de sociedades africanas e, pouco a pouco, os africanos e seus descendentes foram se reagrupando a partir de afinidades criadas na América, construindo identidades apoiadas em um passado ideal, comum a todos, no qual a terra natal era resgatada por meio de algumas feições gerais, criadas a partir da situação colonial. A África era então retomada de maneira mítica, ponto germinal de onde vinham os significados das coisas, já afastada de uma história concreta e inserida no universo onírico do mito.

Construindo um passado mítico, as comunidades negras na América Portu-

guesa afirmavam uma identidade forjada a partir do encontro das diferentes culturas africanas, da cultura ibérica e, em alguns casos, das culturas nativas, no contexto da sociedade escravista. Os calundus, candomblés e umbandas são exemplos de produtos culturais mestiços, para os quais convergiram contribuições africanas diversas, elementos do catolicismo popular e do universo indígena. Enquanto essas práticas tinham feições predominantemente africanas, e por isso mesmo eram mais reprimidas, as corações de reis negros e as congadas eram aceitas no seio das irmandades de leigos, importantes espaços de integração dos africanos e seus descendentes no mundo colonial. Mas apesar de integradas ao catolicismo ensinado pelos senhores, as congadas também remetiam a uma África mítica, central na elaboração de uma dada identidade, de negros católicos.

Por ocasião das festas dos seus santos protetores, os irmãos negros elegiam reis e rainhas que desfilavam em cortejos carregando mantos, coroas e cetros, no que parecia ser um arremedo das cortes europeias, mas na verdade remetia ao antigo reino do Congo, convertido ao cristianismo logo que os portugueses lá aportaram no final do século 15. Acompanhando a corte negra festiva, grupos de tocadores e dançadores, ao som de instrumentos, ritmos e passos africanos, traziam os ares das terras natais. Histórias passadas de guerras intertribais e da travessia do oceano eram lembradas ao lado de episódios do cotidiano de então. O ponto alto da festa era o embate entre os soldados do rei congo, cristão, e o

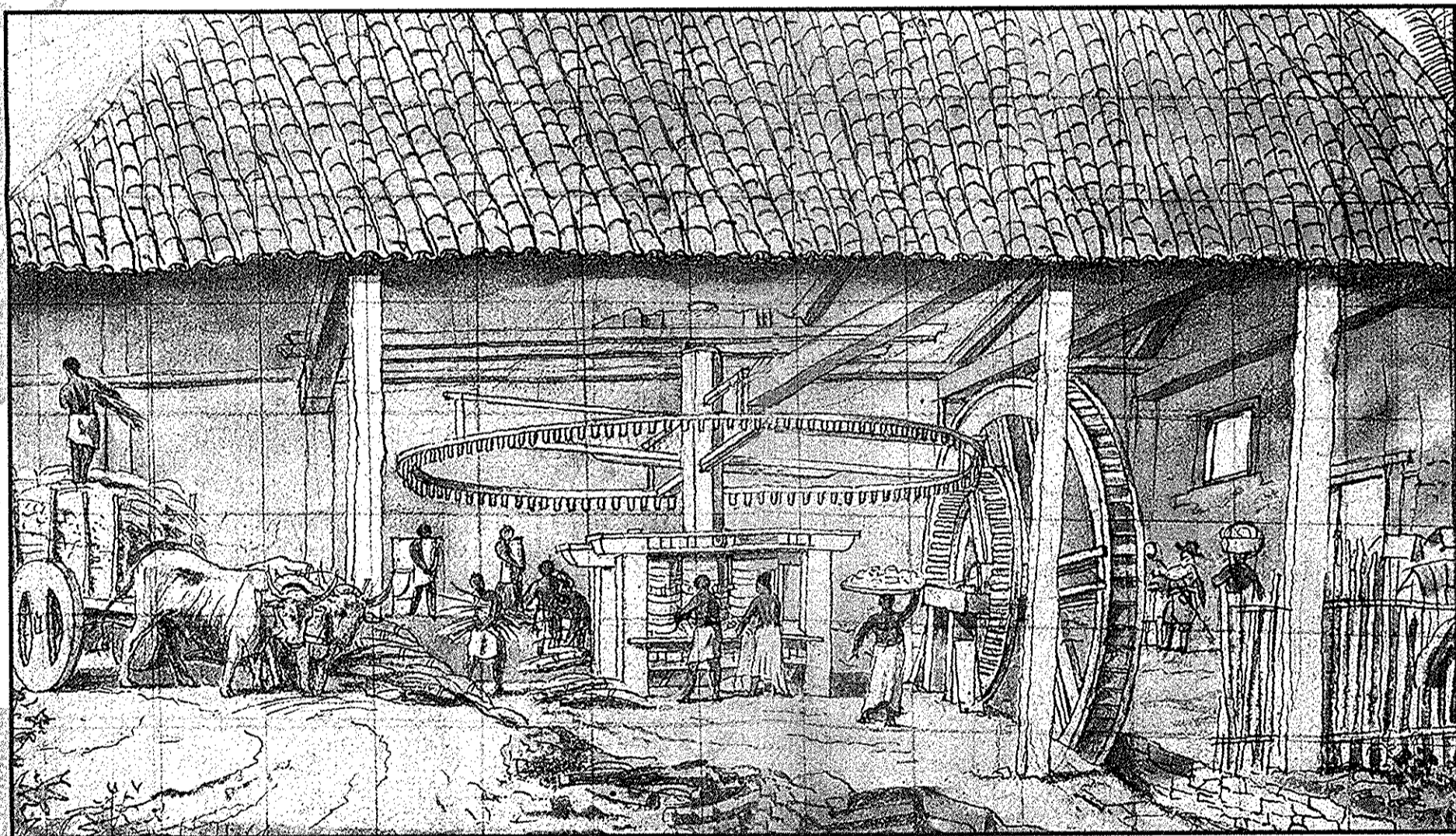
exército de um reino pagão, que no final da dança se rendia e adotava o catolicismo. À primeira vista sinal irrefutável da submissão dos negros ao catolicismo e à dominação cultural dos senhores, as festas de reis negros também remetiam a uma África mítica, na qual o reino cristão do Congo era invocado como fonte de uma identidade que, apesar de católica, era africana e banto.

Extremamente maleáveis, os grupos banto traficados para o Brasil incorporaram influências diversas, especialmente portuguesas, estando muitos de seus traços presentes numa cultura negra caipira espalhada por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e pedaços de Pernambuco, Mato Grosso e Goiás, aparecendo ainda em muitas comunidades remanescentes de quilombos. Congadas, maracatus, jongs, sambas de umbigada, lundus, simpatias, mezinhas, rezas, umbandas, ritmos e dialetos negros, esculturas religiosas e profanas, são algumas das manifestações culturais de influência banto, que nos levam a prestar maior atenção a esses povos africanos que integraram a formação da cultura brasileira. Ao compreendermos esses processos históricos e formações culturais, estaremos caminhando em direção a maior igualdade entre as pessoas de diferentes matizes, que no Brasil trazem impressas na pele a sua origem social, somando-se este preconceito ao racial, para o qual a humanidade se dividiu entre civilizados e primitivos.

Marina de Mello e Souza é doutora em História pela UFF, com a tese, *Reis negros no Brasil* - escravista: História, mito e identidade na festa de coroação do rei congo



Acima, *Negro*, de Albert Eckhout (1641). Ao lado, *Engenho de açúcar no Brasil*, de Frans Post (1640)



Ah! se tivessem sido os holandeses...

FRITZ UTZERI

Amaldiçoar a herança lusitana é lugar comum no Brasil. Quando se fala da passividade do povo, vêm logo à mente os antepassados portugueses, e se o "pensamento" é aprofundado, surge quem atribua nossos males ao cruzamento do português com índio e negro. "Boa coisa não podia dar", torcem o nariz há mais de século elites que trazem no sangue as origens dessas três raças, mas que suspiram na crença de que nosso destino teria sido bem diferente, muito melhor, se em lugar de lusitanos tivéssemos sido colonizados por holandeses ou ingleses.

Será? Os defensores da ideia referem-se a Maurício de Nassau como a um sábio, mecenas, protetor das artes e das ciências, descrição que não encontra paralelo, nos livros de História, com a de qualquer vice-rei que por aqui exerceu o seu mando. Outros apontam para os Estados Unidos como exemplo de colonização bem-sucedida. Lá o colonizador falava inglês, matou praticamente todos os índios e não se miscigenou. Teria sido essa a vantagem norte-americana?

Outros ainda atribuem à nossa desdita um problema adicional. Portugal mandava para cá todos os degredados, condena-

dos por crimes variados na metrópole. "Um país que nasceu esvaziando as cadeias de Portugal só podia mesmo resultar numa terra de ladrões". Seremos mesmo o produto de uma colonização que juntou três raças "inferiores" num amálgama que nos condena ao atraso eterno? Parece coisa de Gobineau ou do conde Afonso Celso, que tiveram grande influência na monarquia, defendendo a primazia do europeu (de preferência não ibérico) e desprezando negros e índios. O que deu errado no Brasil?

A resposta é NADA! Levando em consideração o fato, a desgraça de termos sido colonizados, a resposta é: NADA deu errado, pelo menos do ponto de vista da composição racial dos nossos antepassados. Pelo contrário. Da mistura primordial índio, negro e português, mais tarde enriquecida com a agregação de outras etnias e culturas europeias, semitas e orientais, resultou um povo maravilhoso, alegre (não necessariamente feliz), de grande inteligência instintiva, notável capacidade de adaptação e sobrevivência. Um grande povo para um grande país.

Examinemos o caso holandês. No auge da sua expansão, o colonialismo holandês era bancado por duas grandes companhias; a das Índias Ocidentais e a das

Orientais. Nassau era um executivo da primeira e sua empreitada malograra, batida por coalizão de brancos negros e índios. Vale lembrar que a Companhia das Índias Orientais prosperou e resultou num país chamado Indonésia. Já imaginaram? Não vai aqui qualquer desprezo por nossos irmãos indonésios, mas país por país... Além disso, bem ao norte, vemos o exemplo da ex-Guiana holandesa, hoje Suriname. O que temos a invejar? Colonização holandesa legítima. Melhores os lusos...

Os ingleses também não podem ser invocados. Voltando às Guianas, o que a ex-Guiana inglesa tem de diferente do Brasil? Mas há os Estados Unidos. Só que lá foi diferente. Aqui, a efetiva colonização (nossa desgraça histórica), começou depois que Francisco Pizarro destruiu o império Inca. Então havia ouro na nova terra! Para cá vieram aventureiros para escravizar e enriquecer. Nossa organização: enormes latifúndios hereditários com monocultura açucareira, cartas régias e o monopólio de Portugal em tudo. Não podia existir aqui tipografia ou oficina de ferreiro. Quem quisesse prego teria que trazê-lo de além-mar, ou esperar até 1808, quando D. João VI abrisse os portos.

Nos Estados Unidos, houve uma mi-

gração religiosa. Foram os puritanos, ingleses religiosos e trabalhadores que não se sentindo à vontade na mãe pátria, pegaram o *Mayflower* e fundaram em Plymouth, o que deu origem a 13 colônias e mais tarde aos Estados Unidos. Lá, o ouro só foi descoberto depois da independência e quem pagou o pato foram os mexicanos e índios. Lá, era possível abrir oficinas de ferreiros, pequenos estaleiros, tipografias, estudar. Era mais um dissidência inglesa do que uma colônia.

Quanto aos degredados. Será que não podia dar certo? Há pouco mais de 200 anos, os ingleses esvaziaram suas cadeias mandando toda a ralé criminosos da Albion para o outro lado do mundo; a Austrália. Era uma passagem só de ida e em boa parte dos criminosos foram entregues à própria sorte. Abandonados, organizaram-se, sem volta fincaram raízes e é só olhar para a Austrália para ter certeza de que ela só prosperou exatamente porque NÃO foi colonizada.

A desgraça não é a etnia de quem coloniza. A desgraça é o colonialismo e levará ainda muito tempo para que suas sequelas possam desaparecer para sempre da história dos povos colonizados.

Fritz Utzeri é diretor de redação do JB



Relatos de aventureiros, religiosos, espões e funcionários da Coroa inventariaram as riquezas do Brasil

Viagens ao desconhecido

RONALD RAMINELLI

Por intermédio das viagens, europeus e colonos realizaram um minucioso inventário do Brasil. Durante o percurso, o viajante produziu narrativas, redigiu cartas, desenhou mapas, coletou amostras dos três reinos da natureza e artefatos da cultura indígena. As viagens possuem um profundo vínculo com os interesses da colonização, inventariando as potencialidades e os entraves ao estabelecimento colonial. Inúmeros viajantes percorreram o Brasil: eram religiosos (católicos ou protestantes), aventureiros, espões e administradores coloniais. Além dos lusitanos, houve franceses, ingleses e holandeses que pretendiam comercializar produtos e, por vezes, estabelecer colônias. Geralmente, as primeiras explorações não possuíam objetivos ou finalidades precisas e relatavam os mais diferentes aspectos do Brasil. Somente na segunda metade do século 18, elas ganharam atribuições específicas e instruções de viagem. Das viagens originaram inventários destinados a conhecer o Brasil em três aspectos básicos: a geografia, os costumes e a natureza.

Os inventários geográficos, inicialmente, descreveram o litoral para fornecer subsídios para cartografia do Brasil. A partir de meados do século 17, os colonos passaram a freqüentar o interior, restava conhecer os sertões de Minas Gerais, Amazônia e Mato Grosso. Sua finalidade era a conquista ou a manutenção da conquista, procedimento básico para viabilizar a colonização. Gabriel Soares de Sousa escreveu, em 1587, um minucioso roteiro geral da costa do Brasil. Do percurso entre o rio Amazonas e o rio da Prata, ele forneceu as distâncias entre os acidentes geográficos, escreveu uma pequena história da ocupação lusitana e localizou as atividades econômicas ao longo do litoral.

Na década de 1630, realizou-se a importante viagem pelo rio Amazonas

de Pedro Teixeira, que redescobriu a passagem entre o oceano Atlântico e o Peru. Desde então, os portugueses iniciaram o processo de ocupação da vasta bacia amazônica. No século 18, iniciou-se uma nova leva das viagens demarcadoras. Pautados nos princípios iluministas, os viajantes recorriam à ciência para dinamizar a economia e delimitar as fronteiras do império português. Os engenheiros-cartógrafos organizavam expedições, anotavam informações, escreviam relatórios e cartografavam o território, pautados em observações astronômicas, cálculos de geometria, trigonometria plana e álgebra.

Francisco José de Lacerda e Almeida viajou pelo interior do Brasil, entre 1780 e 1790. Formado em matemática na Universidade de Coimbra, percorreu estradas fluviais da maior importância para a comunicação do Brasil: a ligação entre Belém e São Paulo. A viagem demarcadora não possuía apenas o interesse em delimitar os espaços, mas inventariar as potencialidades econômicas contidas no território. Partindo do princípio de *uti possidetis*, os colonos deveriam efetivamente ocupar o território, para assegurar a posse. Assim, as viagens realizavam levantamentos sobre fertilidade da terra, circulação de mercadorias, dinâmica demográfica e construção de fortalezas. A criação de núcleos populacionais e os empreendimentos agrícolas seriam indispensáveis para o controle das fronteiras.

Quanto aos inventários etnográficos, vale advertir que jamais existiu, no período colonial, uma viagem dedicada exclusivamente a descrever os costumes. A etnografia é um ramo do conhecimento que se consolidou apenas no século 20. Há, no entanto, um número significativo de viajantes e missionários que testemunharam o cotidiano colonial, e sobretudo o indígena.

Esses relatos possuem igualmente a lógica colonial, pois surgiram da necessi-

dade de conhecer os grupos indígenas, integrá-los ao trabalho e convertê-los ao cristianismo. Os conquistadores necessitavam de informes sobre as guerras intertribais para viabilizar a colonização. Contando com o apoio de tribos aliadas, os portugueses fomentavam rivalidades, dominavam áreas controladas por tribos rivais e capturavam prisioneiros de guerra que se tornariam escravos. Os missionários, por sua vez, enfrentavam as adversidades do meio em busca de almas para convertê-las ao cristianismo. Nos primeiros séculos, os índios do litoral receberam a atenção dos colonizadores.

Alguns temas foram abordados com muita freqüência: o canibalismo, a nudez, as guerras, a culinária e o saber indígena sobre a natureza, como nos escritos de Cardim, Soares de Sousa, Thevet, Léry e Abbeville, entre outros. No século 18, as viagens etnográficas percorreram o interior, e a Amazônia tornou-se o espaço privilegiado de observações e reformas. No interesse de dinamizar a exploração econômica e a posse das conquistas em áreas de litígio, a coroa portuguesa enviou dezenas de viajantes para a região. Comparadas às quinzentistas e seiscentistas, as viagens pela Amazônia não produziram relatos etnográficos com a mesma complexidade.

Há razões para explicar o fenômeno: a diversidade de grupos lingüísticos (aruaque, tupi e karib), certamente, dificultou o entendimento das culturais locais; os colonos e missionários formaram aldeias multiétnicas que impediam a preservação das culturas e línguas; os interesses econômicos e, sobretudo demográficos, produziram mapas populacionais, destinados a avaliar a capacidade produtiva da população. Com esses levantamentos podia-se verificar a difusão de doenças e o extermínio de centenas de comunidades indígenas. Esses fatores, enfim, explicam o desinteresse pelos aspectos culturais das comunidades amazônicas.

Quanto aos inventários científicos, sua principal característica é coligar informações sobre a natureza. No período colonial, porém, poucos viajantes contribuíram para os avanços da ciência europeia. No entanto, há vários escritos destinados a realizar um inventário da fauna e flora, segundo a lógica da colonização: a natureza era considerada como útil ou nociva à sobrevivência dos europeus nos trópicos.

O padre Anchieta, em 1560, escreveu uma carta na qual demonstrou um verdadeiro pendor naturalístico e forneceu notícias sobre várias espécies. Thevet, Léry e Gabriel Soares de Sousa, entre outros, descreveram plantas e animais, sempre enfatizando seus aspectos utilitaristas. Em 1624, o frei Cristóvão de Lisboa concebeu uma obra singular onde desenhou e realizou pequenos comentários sobre as espécies do Maranhão. Por muito tempo, a natureza do Brasil seria conhecida na comunidade científica pelos trabalhos de George Marcgrav e Willem Piso. Na década de 1630, esses naturalistas visitaram o Nordeste, descreveram e desenharam centenas de espécies.

Em 1743, Charles La Condamine partiu do Peru e percorreu o rio Amazonas. Descobriu novas espécies, como o golfinho de água-doce e o curare, veneno mortal empregado pelos índios, além de outros produtos extraídos de plantas e animais que servem de inseticida e medicamento. Suas observações foram fundamentais para as análises realizadas pelo grande naturalista francês Buffon. A Viagem Filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu as capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, e inventariou a natureza, as comunidades indígenas e seus costumes, avaliou as potencialidades e o desempenho econômico dos núcleos populacionais desse território.

Ronald Raminelli é professor de História da UFF



Acima, detalhe de *América, Antuérpia*, de Phillipe Galle e Marcus Gheeraerts (1590-1600). Ao lado *O inferno*, de autor anônimo (primeira metade do século 16). Abaixo, detalhe de *Preparo de carne humana em episódio canibal*, de Theodore De Bry (1592)



Canibalismo: amor e ódio

Na Grécia antiga, o ato de comer carne humana era denominado *anthropophagia*. Somente depois da descoberta da América, difundiu-se o termo canibalismo. Sua origem remonta à primeira viagem de Colombo, quando o navegador soube, por intermédio dos arawak, que os carib, seus inimigos, eram ferozes, bárbaros e conhecidos como cariba. Antropófagos e canibais são, em princípio, idênticos, mas há uma importante distinção: antropofagia seria ritual, enquanto o canibalismo ocorreria motivado pela necessidade, pela fome. Essa diferença destaca que o consumo da carne humana como mantimento era mais degradante do que a ingestão segundo regras sociais. Os antropólogos discordam da variação, pois não há notícias de sociedade que consumiu carne humana como ali-

mento. No período colonial, foram descritos dois tipos de canibalismo ou antropofagia: exocanibalismo, comum entre os tupis, e endocanibalismo, praticado, segundo cronistas coloniais, pelos tapuias do Nordeste.

Entre os primeiros, os festins canibais faziam parte da guerra. O prisioneiro era conduzido à aldeia, onde, mais tarde, encontraria a morte em ritual marcado pela vingança e coragem. Logo após a chegada, o chefe designava uma mulher para casar com ele, mas ela não podia afeiçoar-se ao esposo. O dia da execução era uma grande festa. No centro da aldeia, os índios, sobretudo as índias, se alvorçavam. Os vizinhos também estavam convidados, todos provariam da carne do oponente. No ritual, homens, mulheres e crianças lembravam e vingava-

vam-se dos parentes mortos. Imobilizada, a vítima não esquecia do ímpeto guerreiro: enfrentava com bravura os inimigos e perpetuava o sentimento de vingança. Seus parentes logo reparariam a sua morte. Essa morte era honrosa, criava elos entre amigos e entre inimigos e identidade entre grupos. Depois de morto, a carne era dividida entre músculos e entranhas. As partes duras eram moqueadas e consumidas pelos homens; mulheres e crianças ingeriam as partes internas cozidas em forma de mingau. O matador, no entanto, não participava do banquete, entrava em resguardo e trocava de nome. Com a colonização, esse rito foi paulatinamente abandonado, provocando, segundo Eduardo Viveiro de Castro, a perda de uma dimensão essencial da sociedade tupinambá: a

identidade. O antropólogo ainda comenta que a repressão ao canibalismo não foi o único motivo para o abandono. Os europeus passaram a ocupar o lugar e as funções dos inimigos, alterando a lógica do ritual.

O endocanibalismo não se pautava na vingança, mas na ingestão da carne de amigos ou parentes já mortos. Entre os tapuias, não havia melhor túmulo do que as entranhas dos companheiros. Era um ato de amor: mães e pais devoravam seus filhos. Depois de morto, o parente era retalhado e cozido em uma panela. Incineravam os ossos e, em seguida, raspavam-no. Nada era esquecido, nem mesmo o pó que era engolido com água. Os restos eram guardados e consumidos, posteriormente, em solenidades. Ao término do repasto, punham-se a gritar e a chorar. (R.R)

